

COP 30 e BRICS: as políticas e ações climáticas do grupo são indispensáveis para o cumprimento das metas estabelecidas pelo Acordo de Paris

COP 30 and BRICS: the group's climate policies and actions are essential for achieving the goals set by the Paris Agreement

Claudia Hoirisch

Resumo: A conferência sobre mudanças climáticas (COP 30) tentará resolver um problema que implica em rever o modelo de desenvolvimento que o mundo adotou após a Revolução Industrial. A relação entre o BRICS e a COP 30 envolveu a preparação para a Conferência sobre mudanças climáticas que o Brasil sediará em Belém, nesse mês. No decorrer do ano, o Brasil, como presidente de turno do BRICS, buscou fortalecer a coordenação com os países do bloco em temas de clima e desenvolvimento sustentável. Serviu para garantir que todos os países do BRICS chegassem à COP 30 engajados em seus compromissos e que o evento pudesse propiciar a implementação de compromissos, especialmente no financiamento de projetos sustentáveis. O grupo, que abriga grandes emissores, apresentou propostas sobre financiamento climático, fundo para proteção de florestas e contabilidade de carbono na Declaração final no Rio de Janeiro. Mas sem um forte compromisso, seja de forma individual e como grupo, o mundo não conseguirá acelerar as ações necessárias para a descarbonização e a proteção da biodiversidade.

Palavras-chave: BRICS. COP 30. Financiamento climático. Fundo de Florestas para Sempre. Fundo para proteção de florestas. TFFF. REDD+.

Abstract: *The relationship between BRICS and COP30 involved preparations for the Climate Change Conference that Brazil will host in Belém this month. Throughout the year, Brazil, as the BRICS chairman, sought to strengthen coordination with the bloc's countries on climate and sustainable development issues. Brazilian coordination served to ensure that all BRICS countries arrived at COP30 committed to their obligations and that the climate event could facilitate the implementation of these commitments, especially in the financing of sustainable projects. The group, which includes major emitters, presented proposals on climate finance, a fund for forest protection, and carbon accounting in its final declaration in Rio de Janeiro. But without a strong commitment, both individually and as a group, the world will not be able to accelerate the actions necessary for decarbonization and biodiversity protection.*

Keywords: BRICS. COP 30. Climate finance. Tropical Forests Forever Facility. Fund for forest protection. TFFF. REDD+.

A conferência sobre mudanças climáticas (COP 30) tentará resolver um problema que implica em rever o modelo de desenvolvimento que o mundo adotou após a Revolução Industrial.

A maioria das emissões e do dinheiro cabe aos países desenvolvidos, mas os países de economias emergentes possuem parte significativa desses recursos e da população mundial. O BRICS representa quase 50 % da população mundial e cerca de 40% do PIB mundial, portanto, a

questão econômica está ligada à mudança do clima, porque as soluções estão ligadas a mudanças na economia dos países.

A relação entre o BRICS e a COP 30 envolveu a preparação para a Conferência sobre mudanças climáticas que o Brasil sedia em Belém, nesse mês. No decorrer desse ano, o Brasil, como presidente do BRICS, buscou fortalecer a coordenação com os países do bloco em temas de clima e desenvolvimento sustentável. A coordenação brasileira serviu para garantir que todos os países do BRICS chegassem à COP 30 engajados em seus compromissos e que o evento climático pudesse propiciar a implementação de compromissos, especialmente no financiamento de projetos sustentáveis.

Financiamento

Quem vai pagar a fatura do aquecimento global? Há anos, os países em desenvolvimento tentam empurrar a conta para as nações ricas que emitiram carbono descontroladamente no passado. Na carta aprovada pelos Ministros do Ambiente do BRICS⁶⁹, é citado o **financiamento climático adequado para países em desenvolvimento**. Isso traz à baila o desafio brasileiro na COP 30, de avançar para o alcance de US\$1,3 trilhão de investimento dos países desenvolvidos para as nações menos desenvolvidas lidarem com a crise climática até 2035. Na COP 29, em Baku, no Azerbaijão, esse valor ficou em US\$300 bilhões, cifra considerada insuficiente para mitigar os efeitos da intensificação do efeito estufa.

O documento assinado em Baku prevê investimentos públicos e privados, mas os países pobres insistem em um sistema de doações, já que os repasses de fontes particulares poderiam caracterizar empréstimos e aumentar o endividamento internacional.

O esforço do Brasil é para garantir US\$1,3 trilhão, mas há muita resistência e como tudo na COP precisa ser consensual, é pouco provável que o montante seja acordado.

Os países desenvolvidos possuem obrigações específicas e diferenciadas no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Os países do sul global já cooperam com recursos; aportando tecnologia para a transformação ecológica do planeta e criando mecanismos inovadores de financiamento, com o é o caso da **proposta brasileira de criar o** mecanismo de mercado **Fundo de Florestas para Sempre** (TFFF, na sigla em inglês) para conservação de florestas. A ferramenta deverá entrar em vigor durante a COP 30⁷⁰ e espera-se que forneça um aporte de até US\$125 bilhões por ano. Diferente de outros mecanismos baseados em doações, o projeto funciona como um investimento: os lucros retornam aos investidores, e o excedente é destinado aos países que preservam suas áreas.

Uma outra possibilidade é a integração de mercados de créditos de carbono, instrumento que permite aos países em desenvolvimento comercializar iniciativas que capturam gases de efeito estufa. Os projetos enquadrados na categoria **REDD+ são classificados como geradores de créditos de carbono que podem ser vendidos no mercado**. Nesse mercado, cada

⁶⁹ BRICS Environment Working Group (EWG). Joint Statement of the 11th BRICS Environment Ministers Meeting Advancing Environmental Cooperation Amongst BRICS towards Sustainable Development and a just transition for all. [@download/file](https://brics.br/pt-br/documentos/meio-ambiente-clima-e-gestao-de-desastres/brics-ewg-declaration.pdf)

⁷⁰ [https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mapa-lidera-acoes-globais-contra-a-crise-climatica-na-cop-30#:~:text=0%20Minist%C3%A9rio%20da%20Agricultura%20e,%2C%20em%20Bel%C3%A9m%20\(PA\).](https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mapa-lidera-acoes-globais-contra-a-crise-climatica-na-cop-30#:~:text=0%20Minist%C3%A9rio%20da%20Agricultura%20e,%2C%20em%20Bel%C3%A9m%20(PA).)

tonelada de CO₂ evitada ou removida pode se tornar um crédito negociável. Empresas e governos utilizam esses créditos para compensar suas emissões, equilibrando seu impacto ambiental⁷¹.

Na reunião ministerial de Ambiente do BRICS foi aprovada a produção de um relatório explicitando os valores que cada um dos onze países-membros do grupo está investindo para lidar com a crise climática, por meio de ações de mitigação e de adaptação. Esse cálculo é importante para que os membros tomem conhecimento de suas contribuições, sem tirar a responsabilidade dos países desenvolvidos na liderança da mobilização de recursos para os países em desenvolvimento fazerem essa transição.

Emissões

Os países precisam definir quais níveis de redução de emissões de carbono, elemento responsável pela intensificação do aquecimento global, irão adotar, por meio das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs).

O documento do BRICS reforçou a importância de cada país adotar a própria meta em relação às NDCs e atualizá-las.

Até 15 de outubro de 2025, um total de 62 partes (países ou blocos, como a União Europeia, que conta como uma parte) haviam apresentado novas ou atualizadas NDCs ao secretariado da UNFCCC para o ciclo de 2025⁷².

NDCs: BRICS, União Européia e EUA

A atual NDC do **Brasil** inclui os objetivos de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 53%, o equivalente a 1,2 Gt de CO₂ até 2030. O país também se comprometeu a zerar as emissões líquidas até 2050.

A **China** anunciou o compromisso de reduzir as emissões de 7-10% até 2035 “em relação ao pico”, mas deixou em aberto quando será o pico. No ano passado, a China emitiu 15,8 Gt de CO₂, o equivalente a quase um terço do total mundial. Não se sabe se esse valor será considerado ou não como sendo “o pico”, ou se haverá aumento dos níveis de carbono nesse ano.

A **Índia**, está entre os que ainda não apresentaram suas metas. Submeteu uma Primeira Contribuição Atualizada em 2022.

A **Rússia** apresentou uma nova NDC, embora a sua ambição climática seja considerada baixa, com as metas de 2035 avaliadas como não compatíveis com o limite de aquecimento de 1,5°C.

A meta atual da NDC **sul-africana** é manter as emissões entre 398-510 MtCO₂ em 2025 e entre 350-420 MtCO₂ em 2030⁷³. Anteciparam o ano em que as emissões devem começar a

⁷¹ No sistema, quem emite menos CO₂ do que o permitido pode vender o excedente como crédito, enquanto quem ultrapassa os limites precisa adquiri-los. A dinâmica cria incentivos financeiros para reduzir emissões e estimula projetos sustentáveis, como reflorestamento, energia limpa e tecnologias de captura de carbono.

⁷² <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement>

⁷³ milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (MtCO₂e).

cair: de 2035, na NDC inicial, para 2025 na NDC atualizada. E o país também mencionou pela primeira vez o objetivo de alcançar a neutralidade de carbono até 2050.

As principais expectativas giram em torno dos países desenvolvidos, por serem os maiores emissores. Após muita discussão, a União Europeia (UE) definiu uma meta que mira uma redução de pelo menos 90% até 2040, em relação a 1990. No entanto, o acordo concede uma certa flexibilidade ao permitir que os 27 países do bloco comprem créditos de carbono no exterior para cobrir até 5% desse objetivo.

Os Estados Unidos, grande poluidor (ver Figura 1), saiu do acordo climático por ordem do presidente Trump e, portanto, não deve perseguir a NDC apresentada por Joe Biden, antes de deixar o cargo. A medida previa reduzir as emissões entre 61-66% até 2035, em comparação aos níveis de 2005.

Monitoramento das ações climáticas governamentais

O **Climate Action Tracker** (CAT) é um projeto científico que monitora as ações climáticas governamentais e as compara com a meta globalmente acordada no Acordo de Paris de manter o aquecimento bem abaixo de 2°C e envidar esforços para limitar o aquecimento a 1,5°C.

O projeto classificou as metas e políticas climáticas do **Brasil** como “insuficientes” o que indica que suas políticas e compromissos climáticos precisam de melhorias substanciais para serem consistentes com o limite de temperatura de 1,5°C do Acordo de Paris. O país não está cumprindo sua parte justa na contribuição para a mitigação das mudanças climáticas. A NDC incondicional⁷⁴ do Brasil e suas políticas e ações são classificadas como “quase suficientes” e “Insuficientes”, respectivamente, quando comparadas à sua parte justa. A NDC condicional do Brasil é classificada como “quase suficiente” em relação às projeções nacionais. Para obter uma classificação melhor, o Brasil precisa aumentar a ambição de sua meta climática e estabelecer políticas associadas que possam conter o crescimento das emissões nacionais e colocá-las em uma trajetória de queda.

O mesmo projeto classifica as metas, políticas e financiamento climáticos da **Rússia** como “criticamente insuficientes”. Essa classificação indica que as políticas e os compromissos climáticos da Rússia refletem uma ação mínima ou inexistente e não são de forma alguma consistentes com o limite de temperatura de 1,5°C do Acordo de Paris. A **Rússia** não conseguiu aumentar sua ambição ao apresentar a atualização de sua NDC para 2030 em novembro de 2020. O projeto classificou a meta atualizada da NDC para 2030 como “criticamente insuficiente” quando comparada às projeções nacionais e como “criticamente insuficiente” quando comparada à sua alocação de emissões de acordo com o princípio da equidade. Segundo o site, a Rússia também não está fornecendo financiamento climático adequado, o qual classificou como “criticamente insuficiente”. A meta ambiciosa para 2030 será facilmente atingida com as políticas e ações existentes, que o CAT classificou como “criticamente insuficientes”. A Rússia precisa estabelecer uma meta mais ambiciosa para a redução de emissões, adotar e

⁷⁴ As NDCs incondicionais são metas climáticas que um país se compromete a atingir com seus próprios recursos, independentemente de financiamento ou apoio internacional. Já as NDCs condicionais são metas que dependem do recebimento de apoio externo, como financiamento, tecnologia e capacitação, para serem alcançadas.

implementar políticas adicionais e fornecer financiamento adicional para melhorar a sua classificação no CAT.

O CAT classificou as metas e políticas climáticas da **Índia** como "altamente Insuficientes", indicando que as políticas e os compromissos climáticos daquele país não são consistentes com o limite de temperatura de 1,5°C do Acordo de Paris e levam ao aumento, em vez da redução, das emissões.

A segunda NDC da Índia, de 2022, reforçou suas metas no papel, mas não impulsionará reduções reais de emissões além do seu nível atual de ação climática. Sua meta de intensidade de emissões é considerada "insuficiente" quando comparada à contribuição justa da Índia.

O CAT considera a meta da Índia de atingir 50% de capacidade não-fóssil até 2030, condicionada ao apoio internacional, como "altamente insuficiente" quando comparada a uma trajetória de emissões projetada para o país, com limite de 1,5°C, e seus planos atuais para o setor elétrico já superam essa meta.

A Índia precisa adotar metas mais ambiciosas que impulsionem reduções reais de emissões e acelerem a implementação de políticas climáticas. O país precisará de apoio internacional para entrar na trajetória de 1,5°C.

O CAT classifica as metas e políticas climáticas da **China** como "altamente insuficientes". Essa classificação indica que as políticas e os compromissos climáticos da China não são consistentes com o limite de temperatura de 1,5°C estabelecido pelo Acordo de Paris.

Embora o progresso na transição para energias limpas no setor elétrico possa ajudar a China a alcançar uma tendência de queda nas emissões, o país deve adotar políticas mais concretas e ambiciosas durante o período do 15º Plano Quinquenal para acelerar sua transição para longe dos combustíveis fósseis, a fim de contribuir suficientemente para a meta de 1,5°C.

A África do Sul ainda depende fortemente do carvão, que responde por mais de 70% de sua matriz energética. O CAT classificou as metas e políticas climáticas da África do Sul como "insuficientes", ou seja, as políticas e compromissos climáticos precisam de melhorias substanciais para serem consistentes com o limite de temperatura de 1,5°C do Acordo de Paris.

A África do Sul não está cumprindo sua contribuição justa para a mitigação das mudanças climáticas. Como um país com menor responsabilidade, capacidade e emissões per capita, deve receber apoio internacional para estabelecer uma meta ambiciosa de NDC condicional além de sua parcela justa nacional e implementar as políticas necessárias para alcançá-la.

A meta da NDC da África do Sul para 2030 tem um alcance, o qual classificam como limite superior, porque alcançá-la estaria em conformidade com a NDC.

OS BRICS, a EU e os EUA no ranking global de emissões (2021)⁷⁵

Figura 1 - Maiores emissores, incluindo uso da terra, mudança do uso da terra e florestas (LULUCF) (2001)

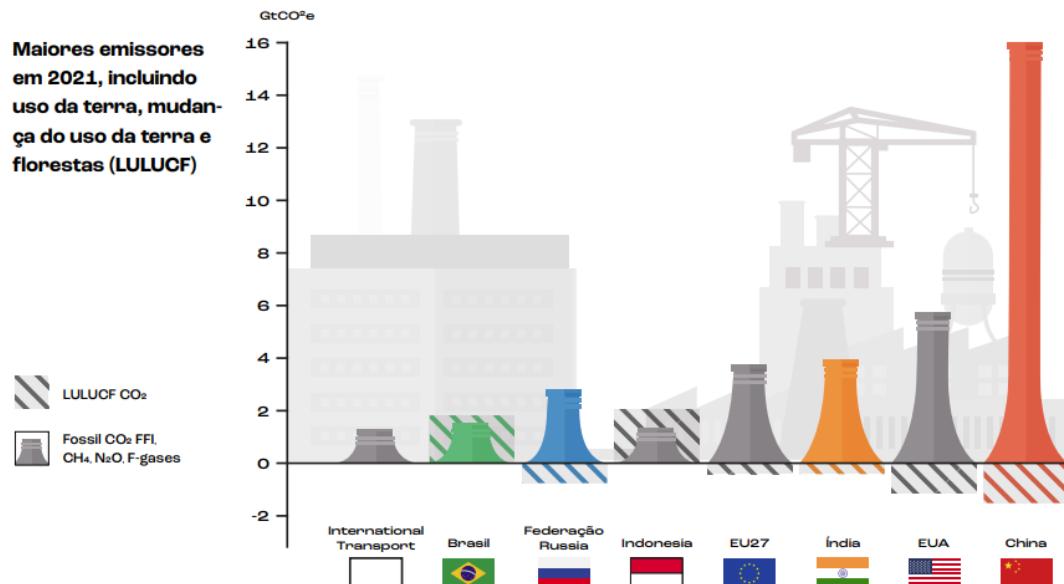
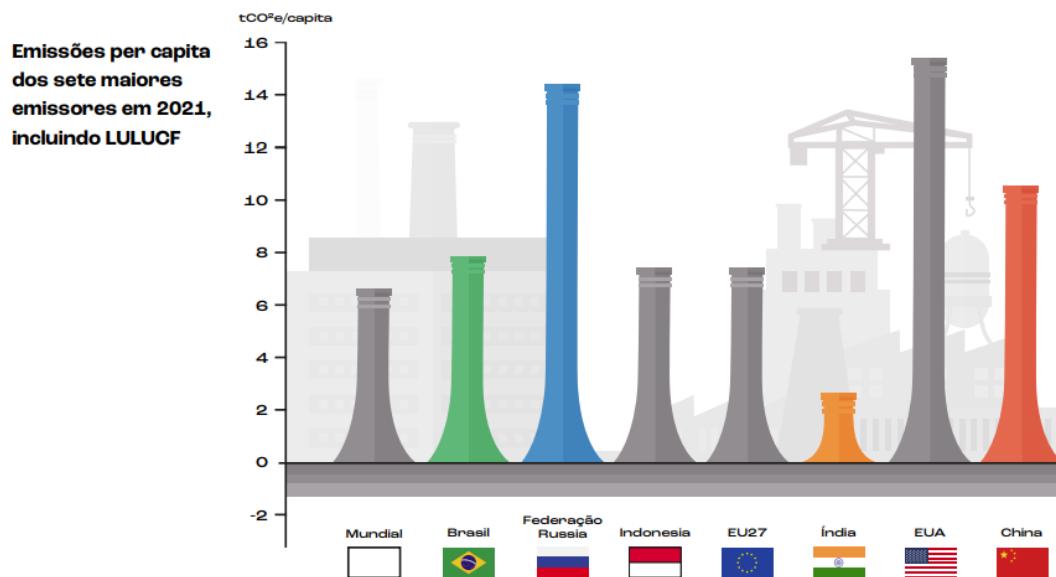


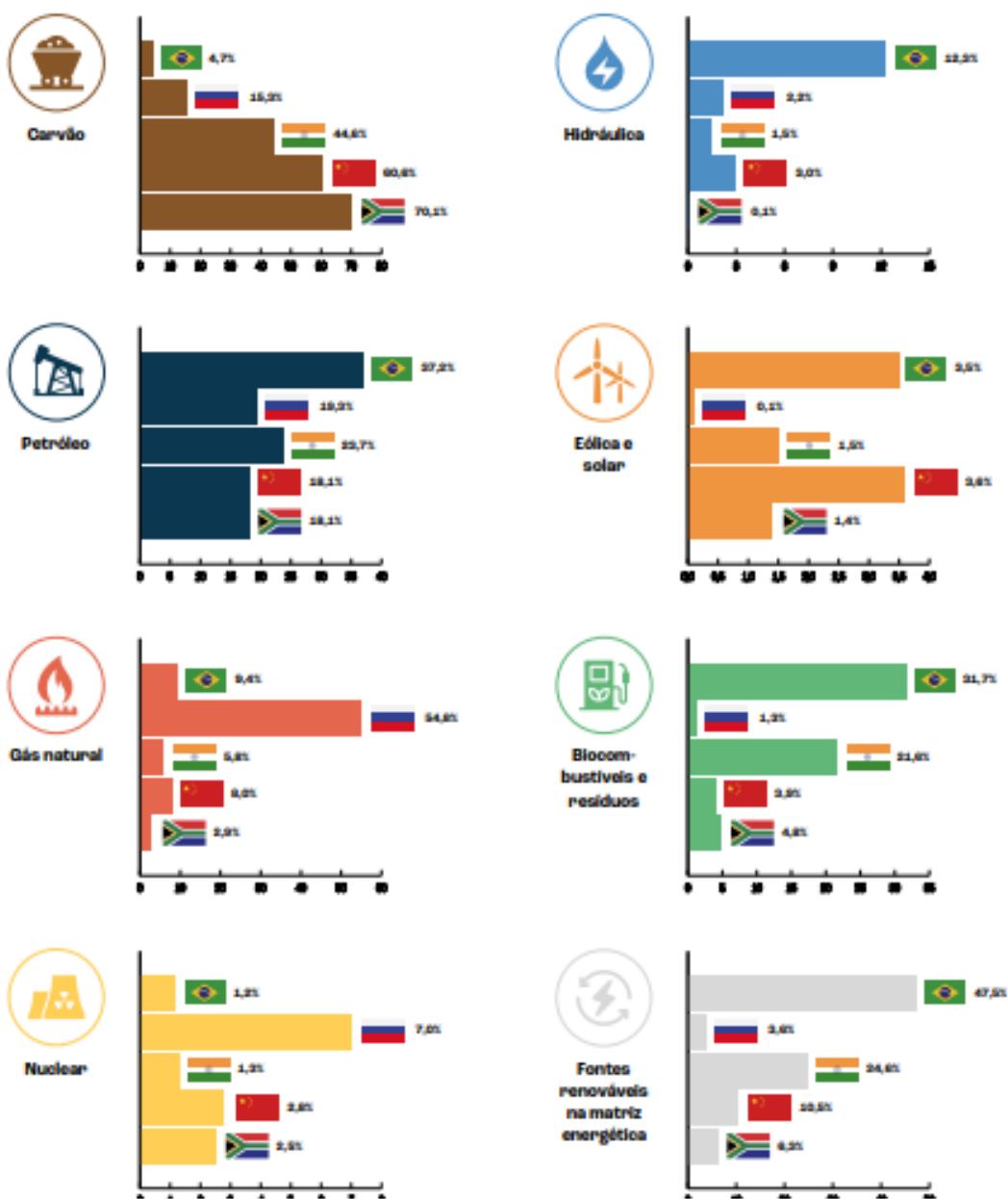
Figura 2 – Emissões per capita dos sete maiores emissores em 2021, incluindo LULUCF



75

https://bricspolicycenter.org/wp-content/uploads/2024/10/Ambicao-BRICS-2024_Sumario-Executivo_compressed.pdf

Figura 3 – Matriz energética dos países BRICS⁷⁶



Porcentagens aproximadas, a partir dos dados de 2021 e 2022 disponibilizados pela IEA (2024).

Considerações finais

A agenda de financiamento é essencial para os países em desenvolvimento. Boa parte são países que não tem os meios necessários para a implementação de compromissos que assumiram e a outra parte é composta por países de renda média-alta que já tem feito o seu dever de casa, mesmo não tendo ajuda externa.

76

https://bricspolicycenter.org/wp-content/uploads/2024/10/Ambicao-BRICS-2024_Sumario-Executivo_compressed.pdf

Apesar de líderes da transição energética global para as fontes renováveis, China e Índia são os maiores produtores de carvão do mundo. Em 2022, a Rússia foi o maior fornecedor de subsídios para o setor de combustíveis fósseis. O Brasil, apesar das iniciativas voltadas para a transição energética, incentivos aos combustíveis fósseis (petróleo e gás) ainda estão presentes no arcabouço energético do país e o desmatamento e a atividade agropecuária continuam a ser responsáveis por altas taxas de emissões de gases de efeito estufa. A África do Sul carece de fontes de financiamento adequado para transformar sua matriz energética, altamente dependente de combustíveis fósseis, e cumprir sua NDC⁷⁷.

Índia, África do Sul e Brasil reforçam o princípio das “Responsabilidades Comuns, porém Diferenciadas, e suas Respectivas Capacidades” e defendem que países desenvolvidos assumam uma maior responsabilidade pelo financiamento das ações de mitigação e adaptação climática em países em desenvolvimento, assim como pela transferência de tecnologia e cooperação técnica.

Com a expansão do BRICS o bloco passa a ocupar uma posição de maior destaque no ranking de emissão de GEE e produção e reservas globais de metais e minerais críticos para a transição energética. Em conjunto, o grupo detém reservas significativas de metais fundamentais para tecnologias-chave⁷⁸ na transição global para fontes de energia sustentável e mobilidade limpa, visando reduzir a dependência de combustíveis fósseis e mitigar as mudanças climáticas. A coordenação das políticas extractivas e comerciais pode tornar o BRICS ampliado um ator internacional de peso na transição energética; entretanto, considerando os impactos socioambientais das energias limpas e da extração de minérios críticos, poderá agravar as desigualdades entre e intrabloco e adiar políticas que tenham a justiça climática como eixo central⁷⁹.

Os percentuais divulgados pela China quanto às NDCs estão muito aquém do necessário para limitar o aquecimento global sob a meta de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, isso porque qualquer número abaixo de 30% não está alinhada com 1,5°C. Ao anunciar a NDC, o presidente Xi disse que o país aumentaria a proporção de combustíveis-não fósseis em seu sistema energético para mais de 30% na próxima década. Ele também afirmou que a China planeja expandir a capacidade eólica e solar em seis vezes em relação aos níveis de 2020, totalizando 3.600 gigawatts (GW), bem como incluiria mais carros elétricos populares nas novas vendas.

O avanço chinês nas fontes renováveis, porém, é insuficiente. A baixa ambição de Pequim, somada ao desalinhamento de outros países, exige uma reação coletiva imediata em Belém, para não enterrar de vez a chance de limitar o aquecimento a 1,5°C.

A próxima rodada de NDCs deve ser entregue pela maioria dos países até a COP30.

Os países BRICS se tornaram atores inevitáveis na pauta climática. Suas ambições, políticas e ações climáticas são indispensáveis para o cumprimento ou não das metas estabelecidas pelo Acordo de Paris. O Brasil aposta em conseguir participação de países do BRICS e do G7 no Fundo de Florestas.

⁷⁷ https://bricspolicycenter.org/wp-content/uploads/2024/10/Ambicao-BRICS-2024_Sumario-Executivo_compressed.pdf

⁷⁸ Painéis fotovoltaicos, turbinas eólicas e veículos elétricos.

⁷⁹ https://bricspolicycenter.org/wp-content/uploads/2024/10/Ambicao-BRICS-2024_Sumario-Executivo_compressed.pdf

Até agora, o TFFF conseguiu 20% de sua meta de US\$ 25 bilhões⁸⁰ em investimentos de países. Noruega anunciou um investimento de US\$ 3 bilhões, com condições; Brasil e Indonésia, US\$ 1 bilhão cada; França; US\$ 500 milhões; Países Baixos US\$ 5 milhões; Portugal, € 1 milhão.

Enquanto o governo Lula buscava apoio de países como China, Índia, Japão e Canadá, Austrália e escandinavos, a Índia procurou o governo brasileiro em Belém, após saber que a China estava em conversas para aderir ao TFFF. A entrada dos dois pesos pesados do BRICS pode alavancar mais países do Sul Global.

Segundo fonte oficial, o Reino Unido e a Alemanha vão aderir, é uma questão de tempo.⁸¹

Reuniões estão realizadas com bancos para discutir a participação do setor privado. O TFFF aposta em investidores institucionais como fundos de pensão, seguradoras, e outros fundos que façam investimentos de longo prazo e baixo risco. A taxa de juros que será paga pelos títulos que serão emitidos nos mercados foi projetada em algo próximo aos juros do Tesouro americano, de 1%.

⁸⁰ A ideia é que países representem 20% do dinheiro investido no fundo, e o setor privado 80%. Quando a meta dos US\$ 25 bilhões for atingida, não será mais necessário o apoio de países, será a vez do setor privado.

⁸¹ <https://oglobo.globo.com/brasil/cop-30-amazonia/noticia/2025/11/07/brasil-aposta-em-conseguir-participacao-de-paises-do-brics-e-g7-no-fundo-de-florestas.ghtml>